

# Presidente vai à tevê explicar pacote

*Líderes governistas conhecerão medidas na quarta-feira. Ministro Malan e técnicos explicarão os detalhes do ajuste fiscal*

Ana Julia Pinheiro  
Com agências

Os brasileiros devem conhecer o conteúdo do pacote fiscal ainda esta noite ou no máximo amanhã. Se o presidente Fernando Henrique decidir fazer um pronunciamento à Nação em cadeira de rádio e tevê será às 20 horas de hoje. Caso contrário, anunciará amanhã as medidas em solenidade no Palácio do Planalto, seguida de reunião fechada com os líderes de partidos aliados. Logo depois, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, junto com técnicos, deve explicar os detalhes do pacote em entrevista.

Uma das idéias em estudo é o presidente anunciar as medidas em suas linhas gerais, em seguida realizar uma reunião fechada com os líderes, juntamente com os ministros da área econômica, para explicação das medidas em detalhes, e depois os ministros detalharem o ajuste para a imprensa.

Segundo o porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral, o presidente ainda está avaliando a melhor forma de fazer o anúncio, se antecipadamente ou no mesmo dia em que será detalhado pela equipe econômica. O que, em princípio, segundo ele, já está definido, é que a reunião do presidente com os líderes será na quarta-feira de manhã.

Hoje, a partir das 10 horas, a Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF), presidida pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, se reúne para dar os últimos retoques ao programa de ajuste

fiscal para os próximos três anos, que servirá de base às medidas do pacote. Ontem, o ministro-chefe da Casa civil, Clóvis Carvalho, informou que as medidas do pacote vão ser discutidas na reunião de hoje da Câmara de Política Econômica, que começará às 18h30, em seu gabinete.

Das discussões da Câmara participam os ministros da área econômica, secretários dos ministérios, o representante da Casa Civil e o secretário da Câmara de Comércio Exterior (Camex), José Roberto Mendonça de Barros. Na reunião de hoje deve estar também presente o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), André Lara Resende.

A última versão do pacote propõe uma alíquota mais elevada para a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), entre 0,35% e 0,4%. O presidente Fernando Henrique dará a palavra final, depois de uma avaliação sobre as chances de aprovação das medidas pelo Congresso. A nova alíquota pode render receita extra entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões por ano. A proposta original da equipe era aumentar a contribuição para 0,3%, mas resolveu elevá-la para reduzir os cortes do orçamento na área social, especialmente em saúde e educação.

O pacote — que poderá ser anunciado no Dia do Servidor Público, comemorado nessa quarta-feira — trará notícias desagradáveis para os funcionários da ativa e para os aposenta-

**AS MEDIDAS DO PACOTE FISCAL**

**AJUSTE FISCAL**

**CORTE DE GASTOS**  
O governo deve cortar entre R\$ 8 bilhões e R\$ 9 bilhões das despesas do orçamento da União. Serão cortes nos gastos de custeio da máquina administrativa e investimentos (obras e projetos). Áreas sociais, inclusive saúde e educação, também serão atingidas.

**SERVIDORES**  
A contribuição previdenciária dos servidores que ganham acima de R\$ 1.200 passa de 11% para 15%. Pode ser ainda maior para quem ganha acima de R\$ 4.500. Hoje, todos os servidores pagam 11% de contribuição.

**APOSENTADOS**  
Passam a pagar a contribuição previdenciária. As alíquotas serão iguais para servidores da ativa e inativos. Quem ganha mais terá um desconto maior.

**DEMISSÕES**  
Será encaminhado projeto de lei complementar ao Congresso que permite a demissão de funcionários públicos estáveis, no caso de as despesas de pessoal dos estados, municípios e da própria União ultrapassarem 60% da receita líquida. O governo federal poderá colocar servidores em disponibilidade (mandar para casa recebendo apenas uma parte do salário).

**GATILHO**  
Projeto de lei complementar vai propor mecanismo para cancelar automaticamente despesas do orçamento sempre que elas ultrapassarem os limites

da receita. Deve valer também para estados e municípios. Quem desobedecer os limites será punido.

**CPMF**  
A alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) - o chamado imposto sobre cheques - deve subir de 0,2% para até 0,4%. Com isso, o governo pode arrecadar entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões a mais por ano.

**IMPOSTO DE RENDA**  
A alíquota de 27,5% para quem ganha acima de R\$ 1.800 vai vigorar até 2001. Ela foi criada este ano para valer até 1999. As demais alíquotas não mudam.

**COFINS**  
Os bancos passariam a pagar a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, sobre o faturamento, com alíquota de 2%.

**SUBSÍDIOS**  
O governo deve anunciar corte nos subsídios e incentivos fiscais do Norte, Nordeste, Zona Franca de Manaus e entidades filantrópicas. O subsídio ao Proálcool também deve ser cortado.

**REFORMAS**  
A aprovação da reforma da Previdência ainda este ano e das leis que regulamentam a reforma administrativa é considerada indispensável para que o governo consiga cumprir as metas de ajuste fiscal prometidas ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Para 1999, o superávit primário (receitas maiores que as despesas, exceto gastos com juros) nas contas públicas terá de atingir 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) ou cerca de R\$ 23,8 bilhões.

dos. Todos vão pagar contribuição previdenciária. Aposentadorias até R\$ 1.200 terão desconto de 11% para a Previdência Social. Os salários maiores terão descontos diferenciados, de 15% e 16%, provavelmente.

O governo deve também cortar entre R\$ 8 bilhões e R\$ 9 bilhões em gas-

tos que estavam previstos no Orçamento da União para o próximo ano, no item Outras Despesas de Custeio de Capital (OCC). Na proposta enviada pelo governo ao Congresso Nacional em agosto, o limite das verbas para o OCC foi fixado em R\$ 43 bilhões, mas na revisão do orçamento esse va-

lor será menor por duas razões. Acompanhará a projeção de crescimento próximo de zero para a economia em 1999 e precisará ser adaptado às necessidades de cortes por conta do ajuste fiscal. A meta para o ano que vem é obter um superávit primário (receitas maiores que despesas, exce-

to gastos com juros) nas contas públicas equivalente a 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB), em torno de R\$ 23,8 bilhões. Outra proposta é a prorrogação por mais dois anos, até 2001, do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) que retém verbas que iriam para estados e municípios. O percentual do fundo pode subir de 20% para 30%. Neste ponto, a equipe econômica deve enfrentar forte reação de senadores e deputados muito ligados aos interesses de governadores e prefeitos.

Estão praticamente descartadas outras três medidas pensadas pelos técnicos. Eles desistiram de propor a cobrança do imposto sobre combustíveis, do imposto sobre grandes fortunas, porque a receita estimada não compensaria o desgaste e dificuldade para aprovar tais medidas. Taxar os afortunados traria ao governo cerca de R\$ 300 milhões. A equipe recuou também da idéia de aumentar de 2% para 10% o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) que incide sobre os gastos em viagens internacionais por causa das dificuldades de operacionalização da medida.

O ministro Pedro Malan vai explicar as medidas ao Congresso, durante debate previsto para quinta-feira, às 10 horas, no plenário do Senado. Será o primeiro teste do governo para avaliar como o pacote será recebido, embora os líderes governistas devam se manifestar logo após a reunião com o presidente Fernando Henrique. A articulação política será fundamental, bem como uma aliança com os governadores eleitos, já que muitas medidas dependem dos estados. O pacote prevê, por exemplo, um regime fiscal, a partir de 1999, com mecanismo que garante cortes automáticos de despesas sempre que elas ultrapassarem os limites do orçamento. Para colocar em prática essa medida, o governo precisará aprovar ainda este ano uma lei complementar que está sendo elaborada pela equipe do Ministério do Planejamento.

